

Escalão	Numº	Actual	Proposto		H1		H2	
			H1	H2	Valor	%	Valor	%
1	27.250	1.350	1.500	1.500	0,150	11,11	0,150	11,11
2+3	3.600	4.050	4.500	4.500	0,450	11,11	0,450	11,11
TOTAL	30.850							

1.2. - Utilização

Escalão	Quant	Acréscimo						
		Preço			H1		H2	
		Actual	H1	H2	Valor	%	Valor	%
1	2.848.750	0,385	0,450	0,4217	0,065	16,88	0,037	9,53
2	845.000	0,770	0,900	0,8434	0,130	16,88	0,073	9,53
3	43.500	1,155	1,350	1,2651	0,195	16,88	0,110	9,53
TOTAL	3.737.250							

1.3. - Receita anual

RECEITA ANUAL	Actual	H1	H2
Disponibilidade	616.410,0	684.900,0	684.900,0
Consumo	1.797.661,3	2.101.162,5	1.969.022,7
TOTAL	2.414.071,3	2.786.062,5	2.653.922,7

Submetida à votação a proposta acima transcrita, nos termos do que dispõe a alínea j) do nº 1 do artº. 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelo que o tarifário em análise deverá produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2006.

MOVEAVEIRO - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, E.M. – TARIFÁRIO DA MOVERIA E MOVEPARK PARA 2006: - Pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira foi presente ao Executivo a proposta de Tarifário a aplicar nos Transportes Fluviais e Parcómetros, apresentada pela MoveAveiro e aprovada pelo Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, no dia 22 de Novembro, findo, cujo teor a seguir se transcreve: “1. Propõe-se o tarifário seguinte para as lanchas da MoveRia para 2006

Quadro 1: Tarifário Moveria (só lancha) para 2006

Título transporte	Set. 2003	Jan-06	Aumento (%)
	só Moveria		
Bilhete Simples	1,00 €	1,05 €	5,0%
Bilhete Criança (4 12 anos)	0,50 €	0,53 €	6,0%
3ª idade e deficientes	0,50 €	0,53 €	6,0%
Passe social mensal	20,00 €	21,00 €	5,0%
Passe estudante	16,00 €	16,80 €	5,0%
Passe social 3ª idade	12,50 €	12,80 €	2,4%
Bilhete de 2 viagens	1,70 €	1,80 €	5,9%
Bilhete de 10 viagens	7,80 €	8,20 €	5,1%
Passe de funcionário	15,00 €	16,00 €	6,7%
passo filho de funcionário	8,00 €	8,30 €	3,8%

O aumento médio ponderado é cerca de 5,7%, o que corresponde a menos de 3% dois anos sucessivos.

2. Propõe-se o tarifário seguinte para os utentes das lanchas e Auto Viação Aveirense (AVA)

Quadro 2: tarifas : tarifas AVA/MoveAveiro

Aumentos: Setembro 2003 - Janeiro 2006			
Título transporte	Tarifário actual	Tarifário proposto para 2006	Aumento (Set. 2003 a Jan. 2006)
Bilhete Simples	2,45 €	2,60 €	4,1%
Bilhete Criança (4 12 anos)	1,25 €	1,3 €	2,4%
3ª idade e deficientes	1,25 €	1,3 €	2,4%
Passes social mensal	31,00 €	32,00 €	3,2%
Passes estudante	25,60 €	26,50 €	3,5%
Passes social 3ª idade	12,50 €	12,80 €	2,4%
Bilhete de 2 viagens	4,00 €	4,30 €	7,5%
Bilhete de 10 viagens	15,00 €	15,80 €	5,3%
Passes de funcionário	16,00 €	17,00 €	6,3%
passes filho de funcionário	8,00 €	8,50 €	6,3%

Conjugado com o tarifário só das lanchas, o aumento médio ponderado é de cerca de 4,9%.

Informa-se que, com base no tarifário, haverá uma rectificação do protocolo com a Auto Viação Aveirense (substituindo o celebrado entre a CMA, TransRia e AVA em 2003) definindo a repartição das receitas e a participação da CMA nas despesas.

3. Propõe-se também que todo o passageiro possuidor de passes combinado (AVA/MoveRia) tenha acesso ilimitado a todas as carreiras da MoveBus.

Aproveitando a necessidade da vistoria anual e respectiva selagem dos parcometros no início de 2006 que irá ser feita pela Resopark e envolvendo custos, propõe-se que se altere também o tarifário, actualmente de 0,50€ por hora para 0,60€ por hora (+20%), com um mínimo de 0,10€ correspondendo a 10 minutos de estacionamento. Este valor inclui IVA à taxa de 21%.”

Submetidas à votação as propostas de tarifário para os utentes das lanchas da MoveRia, das lanchas e Auto Viação Aveirense (AVA/MoveAveiro) e passes combinados (AVA/MoveRia), foram as mesmas aprovadas por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea e) do art.º 16º da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Imediatamente a seguir, e nos termos da legislação já referida, procedeu-se à votação da proposta de tarifário da MovePark, a qual foi aprovada com quatro votos a favor dos Vereadores Dr. Capão Filipe, Engº Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira e Dr. Jorge Greno e três abstenções dos Vereadores Dr.ª Marília Martins, Dr. Nuno Marques Pereira e Dra. Margarida Ferreira.


GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006 DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO: - O Sr. Vice-Presidente, Engº Carlos Santos começou por dar a palavra ao Sr. Director-Delegado dos Serviços Municipalizados de Aveiro, Engº Alberto Roque, presente na reunião, que fez a apresentação das Grandes Opções do Plano, bem como do respectivo Orçamento daqueles

Seviços, nomeadamente no âmbito do abastecimento de água, saneamento e nível de qualidade dos serviços prestados à comunidade. Aproveitou ainda para sublinhar que 2006 é um ano histórico para os SMA, por ser o primeiro ano que aquela entidade concentra a sua actividade na área do saneamento básico e abastecimento de água, o que resultou da criação, em 2005, da empresa municipal de mobilidade que integrou os transportes urbanos.

Imediatamente a seguir, o Sr. Vice-Presidente submeteu à discussão do Executivo, os documentos em epígrafe, tendo o Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira prestado os esclarecimentos tidos por convenientes.

De seguida o Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira fez a seguinte intervenção: *“Quería lamentar o facto de o Sr. Presidente da Câmara não estar hoje aqui presente. Se são razões de saúde ou de ordem pessoal que o impedem de estar aqui, tem a nossa anuência, se são razões de outra índole é lamentável, porque provavelmente esta é a reunião mais importante para o próximo ano e para o primeiro ano do novo Executivo. O Orçamento e as GOP reproduzem o pensamento estratégico da nova equipa que ganhou a Câmara e, portanto, não termos aqui a pessoa que dá a cara por esse Executivo, a defender as ideias que estão plasmadas nestes documentos é de facto lamentável! Dizia-se há 15 dias 3 semanas que o orçamento para o próximo ano ficaria entre os 55 a 75 milhões de euros e agora passou a ser de 151 milhões de euros. Ficámos todos espantados, ná uma discrepância de mais do dobro. O facto de não termos sido informados de nada, de não ter havido um draft, um memorando, ou uma referência, ao de leve que fosse, numa reunião de Câmara, no sentido da elaboração dos documentos, deixa-nos numa situação muito melindrosa e eu não me sinto capaz de votar favoravelmente, ou abster-me, no sentido de dar uma oportunidade ao executivo, quando este nos apresenta os documentos tal qual aqui estão.*

E não sejamos ingénuos, o Sr. Presidente da Câmara não está aqui hoje, mas ele é o primeiro responsável pela elaboração destes documentos. O Sr. Presidente é autarca há 16 anos, este é o seu 17º Orçamento e Plano de Actividades que apresenta e, portanto ele sabe os timing’s destas questões. Ele é um autarca experiente, como V. Exas. também o são, e tinha que haver aqui um mínimo de compreensão em relação à análise, que é evidente, pode não ser a mais técnica, a mais aturada, mas são as grandes opções do plano para a nossa cidade. Este é um documento, ao contrário do que se disse numa reunião anterior, de estratégia política e um documento desta natureza tem que revelar isso mesmo e o que o Dr. Pedro Ferreira acabou de dizer é que não há estratégia política nenhuma, há apenas uma continuidade, um olhar para trás e eu não me recordo de nenhum orçamento anterior não ter um apontamento de inovação, de estratégia, de não ser justificado politicamente. Assim vamos ter um ano de estagnação. Eu lamento não ter tido oportunidade de expressar aqui as minhas opiniões, que não são só as minhas, porque eu não me represento a mim próprio, nós somos todos Vereadores do PS. Este documento tem muito trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, a quem quero saudar, mas os responsáveis não são eles, é quem assina e quem representa o documento. Nós também somos sensíveis ao facto de este Executivo ter entrado agora, mas V. Exas. sabiam que iria haver esta dificuldade e portanto havia que fazer as coisas de outra maneira. Há aqui muita confusão. Na campanha eleitoral dizia-se que não fariam empréstimos, que não aceitavam o factoring, etc., e depois o Sr. Presidente não vem dar a cara por um orçamento que é dele. Devo ainda dizer que sinceramente não esperava votar hoje estes documentos e a minha opinião é que se fosse


para cumprir as 48 horas regimentais, na 6ª feira votávamos e a Assembleia Municipal teria que se reunir a 31 de Dezembro.

Acho que não prestigia este Executivo, nem Aveiro, o facto de o Sr. Presidente não ter estado aqui presente. Ele tem uma responsabilidade política e está a furtar-se a essa responsabilidade política e é uma pena que a Câmara Municipal de Aveiro na reunião mais importante que existe ao longo do ano, o Sr. Presidente não esteja aqui a dar a cara pelas falhas que ocorreram. E eu também tenho a certeza que os Srs. Vereadores Dr. Capão Filipe, Dr. Pedro Ferreira, Dr. Jorge Greno e, especialmente, o Engº Carlos Santos, estão numa situação desconfortável e de sacrifício por não terem aqui o vosso Presidente a dar a cara por esta situação.”

O Sr. Vice-Presidente prestou o seguinte esclarecimento: “Gostaria de dizer que o Sr. Presidente da Câmara é o principal responsável por este documento, que é um documento decisivo na vida municipal e queria acrescentar que se o Sr. Presidente não está aqui hoje é porque teve razões imperiosas para não estar. É evidente que ele vai dar a cara, assim como deu ontem perante todos os partidos políticos com quem reuniu, tendo sido a pessoa que mais falou e que mais debateu todos estes assuntos. Em termos regimentais, o Sr. Presidente cumpriu o que tinha a fazer. Ele é Autarca há muitos anos e tem uma grande experiência nesta matéria. Foi claro ao dizer «este orçamento, não é o nosso orçamento». Trata-se de um orçamento “a olhar para trás”, quando é sabido que gostaríamos de apresentar um orçamento de futuro para Aveiro, só que a situação é tão grave e como não está ainda bem quantificada, nem definida, é impossível fazer as coisas de outra maneira. Em relação à forma como nos mandatos anteriores se processava a entrega destes documentos, não sou a pessoa mais conveniente para falar sobre isso, porque eu não estava cá, mas creio que quem cá esteve vai dizer como é que isso funcionava.”

Também a Srª Vereadora Drª Marília Martins, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: “Não queria estar a rebater a mesma questão, penso que o meu colega já falou em nome do PS e é essa a nossa posição, no entanto, não posso deixar de manifestar algum descontentamento pelo facto de o Sr. Presidente não estar presente. Não acredito que seja desconsideração, e não conste que isso me passa pela cabeça, mas realmente nós sentimo-lo como uma desconsideração, porque é a primeira vez que é apresentado este orçamento por um novo Executivo que tomou posse e, apesar de compreender todos os constrangimentos de tempo, de trabalho, porque passei 4 anos por isto e sei muito bem as dificuldades que os técnicos têm, as noitadas que fizeram, as horas perdidas, sei perfeitamente o que isso é. A única coisa que eu sinto é que nós podíamos ter tido acesso a um esboço, como era habitual o anterior Executivo fazer. Por outro lado, estive a passar os olhos por aquilo que eu melhor conhecia, e verifiquei que há uma continuidade do trabalho que era feito e não posso deixar de dizer que isso significa que o trabalho estava a ser bem feito, porque se este novo Executivo o assumiu é porque aceitou e não acredito que fossem colocar projectos e propostas com as quais não concordassem. Por um lado ficamos satisfeitos no sentido de que estávamos no bom caminho e estávamos a fazer um bom trabalho a esse nível, e isso não tem a ver com questões de orçamento, tem a ver com questões de ideias e de conceitos. Queria deixar a minha mensagem de desconforto e é essa a nossa opção de voto, porque gostávamos de ter algum tempo, nem que fosse para passar os olhos pelos documentos, em conjunto.”

De seguida, o Sr. Vice-Presidente submeteu à aprovação do Executivo os documentos em análise, os quais mereceram aprovação com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores Engº Carlos Santos, Dr. Miguel Capão Filipe, Dr.

Pedro Ferreira e Dr. Jorge Greno e 3 votos contra dos Vereadores Dr^a Marília Martins, Dr^o Nuno Marques Pereira e Dr^a Margarida Ferreira.

Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira fez a seguinte declaração de voto de vencido: *“Considerando que o que está em causa é a discussão e votação das “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, documentos estratégicos para o município, que reflectem as linhas de força de actuação do executivo e que são eminentemente políticos; Considerando que para uma discussão profícua e aturada, que possa produzir um voto consciente, é necessário a entrega, em tempo útil, para análise detalhada, dos documentos em questão; Considerando que nada foi entregue, nada foi esclarecido, oficial ou oficiosamente, quer por informação escrita em forma de memorando, quer pela prestação de esclarecimentos na forma oral em reunião de Câmara ou fora delas; Considerando que o Sr. Presidente da CMA e a maioria dos Vereadores da coligação “Juntos por Aveiro” são autarcas experimentados, que conhecem todos os procedimentos a realizar para dar cumprimento ao estabelecido legalmente, nomeadamente, em relação ao Estatuto do Direito de Oposição, assim como às elementares regras políticas necessárias a um debate tão esclarecido quanto possível; Considerando que o Orçamento apresentado é exponencialmente superior ao referido na Comunicação Social, há algumas semanas atrás, pelo Vereador Pedro Ferreira, de 50 a 75 milhões de € para 151,8 milhões €, e que nesta Reunião de Câmara não foram apresentadas razões consistentes para tal facto; Considerando que estes documentos não reflectem, assumidamente, qualquer estratégia política ou novidade de qualquer natureza, que espelhe aquilo que, com pouco conteúdo, foi defendido na campanha eleitoral pela coligação PSD/CDS; Considerando que o Sr. Presidente da CMA primou pela ausência a esta Reunião, não por qualquer problema de saúde ou imponderável de índole pessoal, situação sem precedentes, furtando-se desta maneira a discutir, de uma forma ampla e plural, o documento mais importante do seu primeiro ano de mandato, circunstância lamentável, que desqualifica os órgãos institucionais da CMA e desconsidera todos os Vereadores, em especial os do própria coligação, cujo desconforto esteve sempre bem patenteado, assim como, e acima de tudo, os Aveirenses; Considerando que o Dr. Élio Maia, que é por bambúrrio Pr. da CMA, demonstrou, com esta atitude, de não ter, nem nunca ter tido, um projecto para Aveiro, defraudando as legítimas expectativas dos Aveirenses, principalmente daqueles que lhe confiaram o voto; Por tudo isto, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra as “Grandes Opções do Plano e Orçamento” apresentados pela Coligação “Juntos por Aveiro”.”*

Nos termos da alínea b), n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os referidos documentos vão ser submetidos à aprovação da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 12.30 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

João Carlos Vaz Portugal
Director do Departamento Administrativo e de Pessoal

~~João Carlos Vaz Portugal~~

João Carlos Vaz Portugal
Director do Departamento Administrativo e de Pessoal